



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO.**

Aos oito (08) dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito (2008), às nove horas e trinta minutos (09h30), na Sala da Comissão de Licitação, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Tecnologia da Informação, instituído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA GPGJ nº 003/2007, de 1º de outubro de 2007 e designado pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no 2º caderno do Diário da Justiça do dia 11 de outubro de 2007, composto pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcanti, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Chefe do Departamento de Informática Maria José Gomes de Oliveira e o Assessor de Informática Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos invocando a proteção de Deus. Em seguida, Dr. Alcides informou aos presentes a ausência de Dr. Cláudio Antônio Cavalcanti por motivo justificado, pois aquele estava participando, no mesmo horário, de reunião com a Procuradora-Geral de Justiça, o Procurador Regional Eleitoral e os Promotores de Justiça Eleitorais. Justificou também a ausência do membro Dr. Alexandre César, em decorrência de viagem para tratar de assunto inadiável. Sobre isto, ainda com a palavra, Dr. Alcides registrou a presença do Dr. Arlan Costa Barbosa, em substituição ao Dr. Alexandre César, membro do Comitê na qualidade de Promotor

Corregedor. Dando seqüência, Dr. Alcides submeteu à aprovação dos presentes a Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros assinaram a referida ata e, como de praxe, o Dr. Alcides pediu que a Diretora de Planejamento encaminhasse através de ofício uma cópia daquela à Procuradora-Geral de Justiça. Ato contínuo, Dr. Alcides iniciou a leitura da pauta da reunião comentando sobre o Projeto de Lei que fora encaminhado à Assembléia Legislativa, especificamente no que diz respeito ao Comitê, relatando que nesse sentido fora expedido um ofício a Procuradora-Geral de Justiça sobre as necessidades da área de informática quanto a criação de três novos cargos sendo uma Diretoria de Tecnologia da Informação e Departamentos de Desenvolvimento de Sistemas e de Suporte, respectivamente. No documento constava a discriminação dos requisitos necessários para exercer os cargos e suas atribuições. Nesse momento, a Drª. Maria José pediu a palavra e comentou que considera o cargo de Chefe de Departamento de Suporte o mais complexo, pois orienta sobre a política de estrutura e segurança de rede, elabora termos de referência para aquisição de equipamentos, requer conhecimento em banco de dados, enfim, exige que o técnico tenha um vasto conhecimento na área de informática. Retomando a palavra, Dr. Alcides ponderou sobre a necessidade de treinamento para os técnicos de informática, considerando-a urgente. Revelou preocupação com o andamento das soluções de informática no âmbito da Instituição, dando como exemplo a aquisição de *notebooks* para os Gabinetes de Procuradores de Justiça que já se arrasta a longos nove meses e até o momento esses equipamentos tão necessários para a otimização dos trabalhos no Colégio de Procuradores e nas Sessões do Tribunal de Justiça, ainda não foram adquiridos. A este respeito, a Drª. Maria José destacou que os *notebooks* realmente ainda não aportaram na Instituição, apesar da empresa ter se comprometido de entregar até o dia cinco do corrente mês e que agora a Comissão de Licitação precisará se posicionar sobre o assunto. Em seguida, Dr. Alcides informou que o Departamento de Informática precisa estabelecer algumas rotinas para a utilização dos mencionados equipamentos quando da entrega aos Gabinetes, definindo os programas a serem utilizados, colocação de antivírus, etc... Com a palavra, o Assessor Daniel esclareceu que os *notebooks* não terão acesso aos serviços de rede, apenas a *internet*. Dando seqüência a pauta, Dr. Alcides solicitou que a Drª. Maria José informasse sobre o andamento do processo de aquisição dos mini-modens para os *notebooks* e a renovação do contrato com a Magister – revista jurídica *on-line*. A Drª. Maria José informou que o processo de aquisição dos mini-modens está no Departamento de Serviços Gerais para cotação de preços junto as empresas Claro e TIM e que a renovação do

contrato com a Magister, que vencerá em outubro próximo, já foi solicitada, inclusive aumentando para quarenta acessos. Nesse momento, Dr. Gustavo fez uso da palavra e perguntou a Maria José se ela teria como viabilizar-lhe o acesso a Revista Magister. A Chefe do Departamento de Informática esclareceu que como foram adquiridas poucas assinaturas, o Primeiro e o Segundo Centro de Apoio Operacional receberam senha apenas para a Coordenação. Com a palavra, Dr. Alcides solicitou que a Dr^a. Maria José verificasse a possibilidade de aumentar o número de disponibilidade de senhas. Logo em seguida, Dr. Gustavo propôs que se fizesse um estudo para redistribuição das mencionadas senhas no sentido de melhor aproveitar a referida assinatura jurídica. Ainda com a palavra a Dr^a. Maria José informou aos presentes quais os setores que atualmente possuem senhas de acesso a revista jurídica *on-line* e se comprometeu com Dr. Gustavo em buscar uma solução para que a Promotoria do mesmo também possa usufruir do produto. Na oportunidade, Dr. Alcides solicitou que, por medida de segurança, a Chefe Maria José realizasse anualmente a substituição das senhas de acesso *on-line* a revista jurídica Magister. Em seguida, Dr. Alcides indagou sobre a implantação da Rede Wi-Fi, inclusive no auditório, onde se realizam as Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça, recebendo o esclarecimento de que já está funcionando o acesso a *internet* pela rede sem fio em toda a Sede da Procuradoria-Geral de Justiça e explicou que, para tanto, foram instalados roteadores no auditório, no primeiro, no segundo e no terceiro pavimentos. Em seguida, Dr. Alcides solicitou informações sobre o andamento do convênio a ser firmado entre o MPPB e o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba com vistas a área de informática. Com a palavra, a Dr^a. Arlinda comentou que antes de vir para a reunião do COMTI, telefonou para a Secretaria de Informática do TJPB e falou com o Técnico Marconi sobre o Convênio, mas o mesmo disse que o processo está nas mãos do Sr. Fabiano – Chefe do Setor de Suporte que se encontra viajando a serviço, portanto, não teria como prestar qualquer informação, mas solicitou que retornasse a ligação após o dia dez do corrente mês, para falar diretamente com aquele serventário. Na seqüência, Dr. Alcides passou a palavra para o Dr. Gustavo que propôs a criação no Ministério Público de uma COMISSÃO DE LICITAÇÃO ESPECIAL DE INFORMÁTICA, devido a importância para a Instituição, sendo sua propositura acatada unanimemente por todos os membros do Comitê de Tecnologia da Informação. Na seqüência, Dr. Alcides registrou que o Comitê de Tecnologia da Informação está aniversariando no próximo mês e apesar de passar por algumas dificuldades na execução de suas proposituras tem muito que comemorar. Ainda com a palavra, Dr. Alcides solicitou a Secretária do COMTI que expedisse ofício para a

Dr^a Janete, Procuradora-Geral, informando a deliberação do COMTI sobre a criação da Comissão de Licitação Especial de Informática. Retomando a palavra, Dr. Gustavo perguntou a Dr^a. Maria José sobre o andamento do processo de customização e implantação do Sistema Arquimedes; da *Rede Wan* e ainda solicitou que o Departamento de Informática implantasse uma política de filtros de acesso a internet, a exemplo do que existe no Primeiro Centro de Apoio Operacional, indagando quando poderá ser realizado tal procedimento no Segundo Centro de Apoio Operacional, em Campina Grande. Com a palavra, Maria José informou que o processo do Sistema Arquimedes já se encontra na Comissão de Licitação, mas existem pareceres divergentes da Assessoria Técnica e do Controle Interno quanto a modalidade de licitação, pois a primeira opina por pregão presencial e a segunda sugere tomada de preço. Neste momento, Dr. Alcides solicitou que o processo fosse remetido ao Dr. Gustavo para, como membro do COMTI, se pronunciar sobre o assunto. Retomando a palavra, Maria José falou que o processo para contratação da *Rede Wan* também estava na Comissão de Licitação e quanto a política de implantação de filtros para restringir o acesso a Internet, seria prudente disciplinar o serviço numa instrução normativa, para dar suporte a ação do Departamento de Informática e, logo em seguida, pediu a Maria José que verificasse tecnicamente a possibilidade de atender a solicitação de Dr. Gustavo o mais breve possível. Em seguida, Dr. Alcides sugeriu a Secretária do COMTI que providenciasse uma alteração na Instrução Normativa nº 003/2007, para estabelecer os critérios de acesso a Internet. Ainda com a palavra, Dr. Alcides informou ao Técnico Daniel que persistem os problemas com os e-mails Institucionais e solicitou que o mesmo estudasse uma solução e apresentasse ao COMTI. Na oportunidade, Daniel falou que a administração precisa priorizar a aquisição do antivírus, pois a situação está realmente insustentável. Sugeriu também a implantação de uma disciplina maior no acesso dos usuários a rede de internet. Disse ainda que existe a possibilidade de migrar para o *G-mail*, mas precisa de um tempo para analisar questões de segurança e de como resgatar os e-mails já existentes nas caixas de correspondências dos usuários do *Webmail*. Com a palavra, Dr. Gustavo falou aos presentes que a única forma de ter segurança é adotando a assinatura digital. Retomando a palavra, Dr. Alcides solicitou a Dra. Arlinda que mantivesse contato com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil, com a finalidade de informar-se sobre a aquisição das assinaturas digitais para a Instituição. Logo após, Dr. Alcides passou a palavra para o Dr. Arlan que perguntou ao Assessor Daniel quando será possível alimentar na Rede do MPPB os dados da CAIMP/Campina Grande. Com a palavra, Daniel explicou que a CAIMP/CG só poderá disponibilizar as

informações diretamente na Rede do Ministério Público quando implantarmos a *Rede Wan* da Instituição. Hoje é totalmente inviável, pois não há possibilidade de comunicação via rede entre o prédio de Campina Grande e a Sede Central em João Pessoa. Em seguida, a Dr^a. Maria José fez uso da palavra para informar aos membros o resultado do inventário de equipamentos de informática realizado em todo o Estado e apresentou uma proposta de aquisição para substituição daqueles que estão obsoletos, bem como para atender as solicitações que aportaram no Departamento de Informática depois da última compra. Ainda com a palavra, Maria José informou aos presentes sobre o levantamento da estrutura física das Promotorias de Justiça com vistas a adequá-las para implantação da *Rede Wan*. Com a palavra, Dr. Gustavo informou aos membros do Comitê sobre a realização de uma palestra com o tema Software Livre, proferida pelo Técnico de Informática Lenon, servidor do Segundo Centro de Apoio Operacional, sendo bastante elogiada pelos servidores daquele Órgão e ato contínuo entregou uma cópia em CD do assunto abordado a Dr. Alcides, propondo que a palestra também seja realizada em João Pessoa. Em seguida, Dr. Alcides solicitou a Secretaria do COMTI que expedisse ofício ao Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, Procurador de Justiça José Raimundo de Lima, pedindo para agendar o evento e convidar Membros e servidores, ressaltando que a palestra se realize nos dois turnos, com a finalidade de atingir um maior número de pessoas possível. Na seqüência, Dr. Arlan pediu a palavra e explanou aos presentes como está sendo realizada a implantação do Relatório de Atividades Funcionais – RAF *on-line*, com as adaptações à Resolução nº 25/CNMP e disse a Daniel que os Promotores de Justiça têm questionado a Corregedoria no sentido de que o sistema não dispõe de emissão de comprovante para o usuário. O Técnico Daniel falou aos presentes que o sistema está em fase de implantação e são naturais esses questionamentos por parte dos usuários quanto a solicitar implementações. Ato contínuo, disse ainda que está providenciando alguns ajustes para o sistema, dentre eles incluirá esta reivindicação, bem como informou aos membros do Comitê sobre a elaboração de um manual para o RAF. Na oportunidade, Dr. Gustavo perguntou ao Dr. Arlan como poderia ser registrada a movimentação de procedimentos que não estão previstos no RAF. Na seqüência, Dr. Arlan explicou que o objetivo maior do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP é focalizar o que os juízes decidiram sobre os trabalhos do Ministério Público. Com a palavra, Dr. Alcides questionou a Dr. Arlan como está sendo a adesão dos Promotores de Justiça ao sistema e o Dr. Arlan informou que está correspondendo as expectativas já existindo algumas dezenas de aderentes. Retomando a palavra, Dr. Alcides solicitou a Dra. Arlinda

que se informasse junto a STI do Tribunal de Justiça sobre o motivo da ausência há alguns meses, da consulta no sítio do TJPB ao Banco de Jurisprudência, bem como em relação à estatística das Comarcas, pois a retirada deste último *link* dificulta sobremaneira a inspeção virtual da Corregedoria do MPPB. Na seqüência, perguntou a Diretora de Planejamento quanto aos assuntos abordados no Fórum do CNMP realizado em Brasília. Com a palavra, a Dra. Arlinda disse aos presentes, em síntese, que o objetivo do CNMP foi o de nivelar o entendimento dos Ministérios Públicos quanto as Resoluções números 12 e 25/CNMP e ouvir dos técnicos que trabalham na compilação da base das informações quais são as dificuldades existentes nas respectivas Instituições. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos e Eu, _____, Secretária, lavrei a presente Ata, que assino com os demais Membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. Em João Pessoa aos 08 de setembro de 2008.

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça – Coordenador

Cláudio Antônio Cavalcanti
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

Alexandre César Fernandes Teixeira
Promotor de Justiça Corregedor

Gustavo Rodrigues Amorim
Promotor de Justiça

Arlinda M^a Pimentel R. Leite
Diretora de Planejamento

Maria José Gomes de Oliveira
Chefe do Departamento de Informática

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática